

LEMBRANÇAS DE VIAGENS ÀS FRONTEIRAS DO BRASIL

Migrações temporárias de lavradores do nordeste mineiro (1950/1960)

Eduardo Magalhães Ribeiro *
Flávia Maria Galizoni **
Thiago de Paula Assis ***

MIGRAÇÕES

Desde começos do século XX lavradores do nordeste de Minas Gerais migraram rumo às fronteiras agrícolas do Sudeste e Sul brasileiros. Esses lavradores saíam dos vales dos rios Mucuri e Jequitinhonha e, apesar da grande distância, em boa parte das vezes migravam temporariamente, por conta do esgotamento das terras de plantio e da impossibilidade de auferir renda em dinheiro trabalhando nas decadentes fazendas de gado da região.

Este artigo¹ descreve esses deslocamentos temporários para essas fronteiras, analisando as situações que os levavam a migrar, a maneira como perceberam essa migração e, por fim, suas aventuras no destino escolhido. O artigo tem origem numa pesquisa realizada entre 2000 e 2001, em municípios do nordeste de Minas Gerais, e em Betim, Contagem e Belo Horizonte, no centro de Minas, entrevistando antigos migrantes, agora lavradores da sua própria terra, que narravam seus destinos, o aprendizado no trabalho, a situação da partida e retorno. A investigação combinou pesquisa documental e de campo, analisando a dinâmica do sítio familiar e da fazenda do nordeste de Minas Gerais, investigando fluxos migratórios e a entrada no mundo do trabalho. Foram entrevistados sitiantes, assentados, aposentados e assalariados rurais originários do nordeste mineiro que migraram depois dos anos 1950, além de mediadores, agentes de pastoral e fazendeiros.

A matéria-prima do artigo foram as lembranças. Elas, às vezes, são mediadas pela maneira como perceberam o nordeste mineiro na distância do Paraná, depois de muitas experiências de trabalho que permitiram recontar suas vidas em nova ordem e hierarquia. Às vezes estas ordens variavam pelos entrevistados, dependendo de suas trajetórias por lugares e momentos; puderam ser, também, contraditórias com a ordem que depois definiriam para compreender suas próprias trajetórias².

É importante esclarecer que nem toda essa migração era definida, a princípio, como temporária. Migrações eram condicionadas pelas circunstâncias que os lavradores encontrariam na fronteira. Dependendo da maior ou menor capacidade do trabalho retê-los, dependendo do acesso à terra e dos arranjos familiares, depois de alguns anos de migração temporária, muitos dos companheiros desses lavradores escolheram permanecer nessas regiões que foram fronteira³.

INFÂNCIAS

Esses migrantes associam sua infância a duas lembranças muito recorrentes: o trabalho duro e a escassez. Ambos, sempre, são originários e associados à terra, pois a pouca terra exigiria muito trabalho para prover um sustento geralmente modesto. Por isso, escassez e muito trabalho são relacionados ao que denominam *cativeiro*. Na lembrança do senhor JMB:

"A terrinha era tão assim - Deus me

perdoe - subordinada! A gente tinha a terrinha, meu pai morava em riba dela, e ia trabalhar mais outro fazendeiro. [Meu irmão] ficou ajudando o pai bastante, e aí, quando já estava rapaz feito, assuntou que aquilo ali não dava para ele, não: saiu." (JMB, entrevista, 2000)

A terra - ou a falta dela - definiu destinos. Uma família grande, que produzia um trivial suficiente enquanto os filhos estavam pequenos, se tornava um embargo quando os rapazes chegavam à idade de produzir por conta própria. Trabalho nas vizinhanças era pouco: quase que só em regime de meia e parceria. O trabalho para os outros oferecia pouco para o lavrador:

"(...) a gente trabalhava à meia e ele [o fazendeiro] só dava o mato pra gente. Falava: 'Olha aquele pedaço de mato lá...' Você tinha que plantar com serviço, semente, tudo por sua conta. Então, no final da história, você ia apurar e não dava nada." (DJC, entrevista, 2001)

Trabalho duro para a família ou para os outros era, sempre, um cativeiro. Nesse cativeiro o lavrador não dispunha mais do tempo para fazer sua própria lavoura e permanecia atado ao serviço para os outros. Depois, na lembrança, o trabalho se tornaria um cativeiro porque seria comparado às condições relativamente mais favoráveis do trabalho nas fronteiras agrícolas. Lá, também, o trabalho era pesado e a jornada extensa; mas resultava em dinheiro sonante, e se transformava em consumo. Cativeiro, então, não se

associa apenas às jornadas penosas e extensas; se relaciona principalmente à ausência de pagamento em dinheiro, pois os dias de serviço que duravam do nascer ao por do sol eram pagos com porções de toucinho, feijão ou rapadura. Isso, na fala desses lavradores, é o mesmo que escravidão: trabalhar a troco de comida, naquilo que denominaram aquela época de “tempo do macaco”. Só se libertaram desse cativo migrando para São Paulo ou Paraná, onde conseguiram rendimento em dinheiro, preço no trabalho e golpearam assim, definitivamente, a fazenda de gado.

Nessa altura é importante observar que a noção de exploração foi construída muito depois, quando conheceram os pagamentos em dinheiro – e então conseguiram avaliar a vantagem relativa do ganho – passaram a considerar a condição anterior degradante. Daí se conclui, também, que a emigração não tem apenas um caráter opressivo; ao contrário, a migração libertou os que viveram o tempo do “macaco”⁴.

PRECISÃO

A escassez é outro elemento que compõe as primeiras lembranças desses lavradores. Mas não era escassez de alimentos. Pelo contrário: não se lembram de falta de alimentos, e o muito trabalho era exatamente para que sobrassem alimentos. As famílias em geral davam conta de se abastecer, mas o trabalho produzia apenas alimento, e apenas alguns tipos de alimentos, compondo um trivial invariável de, às vezes, triste lembrança: feijão, farinha de mandioca, derivados de milho; arroz, raramente. Lavradores se lembram de um tempo de fartura quase ilimitada na infância. Mas viviam em grande penúria de outros bens:

“Naquele tempo, moço, eu vou falar uma verdade: a maioria vestia aquelas roupas de algodão que as famílias fiavam no fuso ou naquela rodinha tocada a pé e mandava para o tear, para tecer. Eu lembro demais as pessoas daqui usar aquelas roupas de algodão, calça

de algodão, camisa de algodão. Cobertinha que eles [os antigos] usavam também era feita assim. (...) Você não via uma pessoa com uma camisa de tipo dessa assim, só roupinha de algodão. De algodão daqui, de algodão do cerrado. Então, cada quintal, o povo plantava algodão. Naquele tempo as panelas, as pessoas, fazia mais é panela de barro. (...) Então era um tempo que a pessoa nem pensava em comprar um sapato, a maioria das pessoas. (...) Quando uma pessoa, dentro de uma comunidade dessa, aparecesse com um rádio, aquilo era uma fila de gente de noite pra poder escutar ele, pra ver o rádio falar.” (DJC, entrevista, 2001)

A roupa sempre é lembrada porque exigia quantidade grande de trabalho para ser produzida, principalmente trabalho feminino. O consumo de bens só pôde ser satisfeito depois das migrações, que ganham, nos relatos, um duplo sentido de libertação do cativo do trabalho e da penúria do auto-abastecimento:

“O senhor sabe de uma coisa? O primeiro sapato que eu fui calçar foi lá [no Paraná]. Ninguém [aqui] usava sapato não, era precata (alpercata) de couro de cabeça. Tirava o couro da cabeça do boi e fazia a precata. Por Deus do céu: o primeiro calçado que eu fui calçar eu tava com a base de 18 anos.” (ZET, entrevista, 2001)

Do começo de vida se lembram do trabalho duro e da escassez de bens de consumo não duráveis – que naquele tempo eram bens suntuários. Isso era associado aos recursos solidários, à presença da comunidade e por um aprendizado feito no convívio da família.

PARANÁ, SÃO PAULO

Desde os anos 1930 mineiros migravam para as fronteiras agrícolas do Sul e Sudeste. O norte do Paraná era uma vasta floresta, muito fechada, muito fértil, muito chuvosa; o extremo oeste de São Paulo era a mesma coisa. No movimento de expansão da área agricultada era preciso incorporar

trabalhadores jovens para o serviço pesado de abertura das matas.

Os lavradores de Minas Gerais em geral deixavam suas famílias e passavam seis meses ou um ano na fronteira. Para fazer isso sem colocar o sustento da família em risco, faziam nos seus terrenos derrubadas de mata ou capoeira, e estas áreas iam sendo plantadas e colhidas pelas mulheres e crianças durante o tempo que durasse a migração dos homens. Carlo Castaldi, um pesquisador que testemunhou essas migrações nos anos 1950, revela que os lavradores faziam derrubadas para preparar roças cuja fertilidade duraria até três anos; ao fim deste prazo os homens teriam obrigatoriamente de retornar, para não deixar a família em dificuldades.

Esses lavradores iam para as fronteiras em grandes grupos e, a cada descoberta de novo local de trabalho, seguiam novas levas de conterrâneos. Nos retornos periódicos, nas cartas eventuais, narravam sucessos e desventuras – certamente mais os sucessos – e contribuíam para formar um movimento de opinião quase compulsória, que desafiava jovens a também enfrentar as estradas e passar uns tempos no Paraná ou no Pontal de Paranapanema.

Nada parece a esses lavradores mais redundante que perguntar o motivo dessas migrações. Embora os motivos imediatos possam ser diversos, e desfiados com luxo de detalhes – uma conjuntura de crise, a falta de perspectivas do lugar, inexistência de emprego, brigas de família, seca –, as dificuldades da vida sempre se reportam ao motivo estrutural: a quase impossibilidade de ter deixado de ir, porque mais que a vontade de um lavrador era o destino provisório de uma geração de lavradores. Esse destino – como resumiu um dos entrevistados avaliando a trajetória coletiva – forçava um desenlace muito maior que cada um deles:

“Fazer o quê? Tinha precisão de sair, mesmo. Menino ia inteirando idade já saía fora. Era todo mundo que saía daqui. Fazia 18 anos, saía.” (JMN,

entrevista, 2001)

Nesses anos 1950 e 1960 as fronteiras do Paraná ou Pontal atraíam lavradores, ofereciam vantagens, e os recém-chegados produziam com abundância nestas terras novas. Nestas regiões havia dinheiro e o trabalho humano valia dinheiro. Assim,

“Todos os colegas que iam contavam muito, então a gente queria ir para ver. Todo mundo gabava. Todo mundo vinha de lá ganhando que dava dinheiro, o Paraná. Era pouco naquela ocasião. Mas era mais que esse de hoje, talvez, e não faltava emprego para ninguém. Emprego nas fazendas, pra ir trabalhar pra todo lado. A gente ia, eles ficavam nos pontos esperando a gente para pegar pra ir trabalhar. Podia ir o tanto de gente que fosse que não faltava serviço.” (JTC, entrevista, 2001)

Na lembrança deles é uma combinação de destino e aventura. Aquele momento da partida era como se fosse a um só tempo imposição da fraqueza do lugar que viviam e demonstração da sua capacidade de desvendar o mundo. Era o desafio de um rito de passagem, carecia de cumprir:

“A coragem dava pra aquilo ali e dava pra mais. Pois é, eu falei: eu vou! Deus adiante, eu estou indo. E chegava lá, e punha a cara mesmo!” (ALC, entrevista, 2001)

Para a família, principalmente para mães e esposas que ficavam, as coisas não eram fáceis. Havia a tristeza, elas choravam, como se lembram, muitos dias seguidos, pensavam que nunca mais tornariam a vê-los sumidos naquelas lonjuras. Às vezes as lágrimas os demoviam por uns tempos, e alguns contam ter adiado viagens por conta disso. Mas, com tristeza e tudo, partiam:

“A mulher – Viche Maria! – chorou trinta dias quando eu falei isso. E arrumei a bagagem, moço. Arrumei: o homem tem que dispôr!” (JDP, entrevista, 2001)

Passados tantos anos, pesadas as dificuldades que viveram nas fronteiras, sabem avaliar melhor o tamanho da aventura:

“Vou falar pra você: dava uma sensação muito ruim na gente. Você vê: em largar o lugar da gente, e ir pra um lugar desconhecido. E o pior de tudo era a peãozada que você enfrentava naquelas áreas de café. Pessoa de tudo quanto é lugar quase do mundo você encontrava ali. Tinha lugar quando você ia ver, tinha 200, 300 peão, cada um com uma natureza. A gente era obrigado a enfrentar ali.” (DJC, entrevista, 2001)

NA ESTRADA

Enfrentavam. Saíam de casa com os poucos recursos que conseguiam com a venda de bens ou direitos, com empréstimos ou venda de gado. Nos anos 1950 viajavam com a matula de farofa que deveria durar até São Paulo. Do vale do Araçuaí, no alto Jequitinhonha, iam a pé até Diamantina, onde embarcavam no trem:

“Aí era o trem-de-ferro, aquele a lenha. Você já ouviu falar nesse trem-de-ferro? Já, né? Sobe na estação, dali ele chegava: dava um apito. Tão bonito, rapaz! Agora tinha aqueles vagão de primeira e tinha os de segunda. O de segunda é igual esse banco aqui; o de primeira, não: já tava mais macio. Mas a Migração, era só nesses.” (ZET, entrevista, 2001)

Para os lavradores do Mucuri e baixo Jequitinhonha a rota para o Sul era pela Rio-Bahia. Embarcavam na jardineira até Figueira do Rio Doce, seguindo pela rodovia que foi de terra até 1965, daí por ferrovia até Belo Horizonte, daí para as fronteiras.

Viajavam em grandes grupos de mineiros, da mesma origem, algum mais vaqueano guiava na viagem os grupos de parentesco, vizinhança ou amizade. Daí que vinha alguma segurança para a viagem, partilhando o medo e as saudades, e isso tornava a migração menos difícil. Muitos desses guias de lavradores eram *gatos*, agenciavam pessoas para serviços nas fronteiras. Mas quase sempre eram *gatos* domésticos – irmãos, primos, compadres –, que agenciavam e

protegiam os conterrâneos. Às vezes, porém, os gatos eram arranjados na viagem, ou eram amizades feitas no trem baiano, no albergue da Migração ou na própria frente de trabalho.

Nos casos raros em que seguiam sós, viajavam orientados por migrantes experimentados que descreviam rotas, distâncias e procedimentos. Aprendiam sobre bandidos e malandros – que acreditavam ter sutileza bastante para reconhecer, pois ladrão não usava chapéu, não tem a mão calejada. Apesar da falta de experiência em viajar, quase sempre alcançavam seus objetivos.

Mas, nos caminhos, alguns às vezes se perdiam. O senhor OSC relatou casos de jovens migrantes que sumiram no Paraná ou Pontal de Paranapanema; mortos ou engolfados por novas rotas de migração perderam do caminho de casa. Noutros casos, como do senhor APC de Chapada do Norte, ele se perdeu dos companheiros de viagem e foi dado por desaparecido durante longos anos; APC retornou à terra natal aos 55 anos, depois de 40 anos num percurso de continuada migração temporária que envolveu as fronteiras do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. Já o senhor ADP, lembra que, nos anos 1960, quando agenciadores conduziam famílias do Mucuri para colheita de café no Paraná, um filho se perdeu dos pais na rodoviária de São Paulo; o menino tinha necessidades especiais, e o casal, sem poder adiar a partida, entregou ao guarda um endereço na origem, pois não sabia o endereço do destino. Depois, contratados no Paraná, escreveram para o Poté: havia chegado o aviso da polícia que encontrara e abrigara o menino perdido, que finalmente a família recolheu no seu retorno a Minas Gerais.

FRONTEIRAS

Os que foram às fronteiras, aprovaram; e, apesar das suas reconhecidas dificuldades, tornou-se destino temporário de mineiros até, aproximadamente, 1960. Esses migrantes em maioria eram jovens.

Muitas vezes, porém, iam também famílias inteiras. Como nessas fronteiras foi muito usado o sistema de colonato – onde é contratada a família e não um trabalhador – migrar em família melhorava as oportunidades de ganho. Sempre que a migração temporária envolvia a família, os contratos de trabalho eram mais longos que uma safra e compreendia também as parcerias. Essas migrações para as fronteiras sempre eram demoradas; mesmo que temporárias, duravam de vez em quando dois ou três anos⁵.

Nessas fronteiras havia dinheiro para quem trabalhava. Aqueles que migraram até os anos 1960 afirmam ter encontrado boas recompensas. O senhor JMC é, até, enfático neste aspecto:

“O algodão tava dando dinheiro adoidado. Nós saímos, amigo meu, Baiano, saímos dali: ‘Tá dando dinheiro no Paraná que nem água e aqui não tá dando mais dinheiro.’ Deu pra ganhar uns cobre, mas o sofrimento no Paraná é mais dobrado. Tiramos quatro meses lá e voltamos.” (JMC, 2001)

Nessas fronteiras recebiam bons pagamentos comparados a Minas Gerais. Mas, como observou o senhor JMC, era dura a jornada. Trabalhavam em derrubadas de matas, em *sertões*, em serviços pesados, arriscados e desprotegidos, como lembra o senhor ZET:

“O senhor quer conhecer Cruzeiro do Oeste? Bom, o senhor sabe que eu não conto coisa à-toa. Cruzeiro do Oeste, que lá eles tratava o ‘sertão’. Nós trabalhava em quatro machadeiro num pau, sem um estorvar o outro. Eu era rapaz novo, mas por causa de 2 mil réis a mais que o machadeiro ganhava, eu era machadeiro. Por causa de 2 mil réis: eu enfrentava o machado. Tinha um, aqui de Capelinha, um tal de Mineirão – nós dois ficou assim, amigo – então, ele cantava um verso de linha: ‘A fia do empreiteiro/ não penteia mais cabelo / a fia do empreiteiro/ não penteia mais cabelo / ela fica na janela/ namorando os machadeiro.’ E os quatro machado cantando no mesmo compasso, era a mesma coisa dum

violão tocando. (...) Então, nós ataiava o pau até ali pro lado de meio dia. Quando já era pro lado de meio dia, gritava: ‘Arreda, que lá vai!’ Então mandava um pau, fazia aquele tiroiteio. Mandava um [pau] em cima dos outros. Você vê: trabalhava quatro machados, dentro de um pau, sem nenhum estorvar o outro.” (ZET, entrevista, 2001)

Difícil, trabalhoso, é certo; mas bom para empregar o trabalhador e de rendimento garantido, pois na fronteira paulista e paranaense havia um comércio perene e grande circulação de dinheiro. Por isto a situação agradava muito ao migrante:

“Cheguei lá, baixei num lugar lá, catarinense, gaúcho, paraguaio. Entrei lá, foi assim, fui chegando, dali a pouco eu peguei duas colocações, mas boas mesmo. Daí a pouco eu peguei o que eu precisava dentro do patrimônio onde eu morava. As roças vinha até a porta, plantio de hortelã, tudo as lavouras de hortelã do Paraná. (...) O hortelã, cê topava com o caminhãozinho que pegava o óleo de hortelã na estrada e falava: ‘Olha, eu tenho tantos quilos de hortelã para vender lá em casa!’ Eles falava: ‘Eu tou pagando a tanto!’ Não era desse negócio de pedir prazo, não. ‘É quantos quilos?’ Já metia a mão no bolso, falava: ‘Eu vou lá pegar o óleo.’ E pagava adiantado. Era uma lavoura arrumada, tinha saída mesmo. Pra que é que aquilo servia, não me pergunta que eu não sei. Sei que era procurado igual procura ouro!” (ZET, entrevista, 2001)

Além do serviço como empregado, havia a parceria. Ela demorava a gerar renda, pois a lavoura teria que se firmar para ressarcir o trabalho gasto. Mas permitia ao migrante temporário, que chegara mais tarde à região, ter acesso à terra que já encontrara toda ocupada. Se houvesse o trabalho familiar, podia produzir mantimentos e excedentes, e viveria sem depender do salário. O café, quando ainda era plantado no Paraná, era uma oportunidade:

“Era o seguinte: o cara dava o mato e a pessoa roçava o mato, queimava, covava e plantava ali. Três safras era

da gente. Ia amansando a terra. A gente plantava primeiro o café. Passou das três safras, aí você entregava o café para o patrão. Aí ele ia e apropriava [passava o contrato para] outro (...). O aproveitamento seu era aquelas três safras que você tirava, e o milho, o feijão que você colhia ali dentro, e o arroz. Ele dava a muda de café – não era muda, naquele tempo a gente plantava de semente –, aí cê fazia a cova de 60 por 60 e colocava seis grãos de café em cada cova. E ali você emadeirava ele por cima e fazia uma meia lua pra enxurrada não entrar dentro.” (DJC, entrevista, 2001)

Nessas parcerias alguns donos de terra abusavam do lavrador, descumpriam os termos do contrato, casos de falências misteriosas, calotes, prisões de lavradores ao “barracão” onde acumulavam dívidas; fugas de trabalhadores e crimes de morte não são raros nesses relatos. Essas dificuldades eram compensadas pelos ganhos até os anos 1960; mas daí em diante o ganho se tornava cada vez mais difícil. Trabalho se encontrava, mas as condições já deixavam muito a desejar. Nesse ponto os relatos são, às vezes, dramáticos:

“O negócio era o seguinte. Muitos lugares na hora que você chegava lá, era um barraco velho, atrapalhado, que tinha pra lá, às vezes sem parede, sem nada, só rebuçado. Ali você tinha que se virar, arrumar um saco de estopa, jogar na terra, se não quisesse dormir no chão limpo. A coberta a gente já levava daqui, a coberta e o lençol a gente já levava. Lá, quantas vezes aconteceu isso: você chegava, chegar e dormir no chão! E não era por um dia ou dois, não; tirar uma safra dessa forma! Tinha época que nós vestia dentro de um saco de estopa pra poder aguentar. Nessa época mesmo eu trabalhei num lugar – nós era em quatro companheiros daqui de Rio Pardo de Minas. Então era dentro da mata, mas uma mata imensa, e lá dentro da mata eles tinham apropriado, tinha plantado na época 600 hectares de arroz. Um gato pegou nós na cidade pra levar pra

lá e só que não falou pra nós que esse arroz era cheio de água. Nós trabalhou o dia todo com água aqui ó, quase na cintura! Eu ainda lembro como hoje. Aquele gato levou nós pra lá – e eu que não bebia pinga –, ele ingeria todo dia de manhã, bebia ao menos desse tantinho de uma pinga preparada. Ele dizia que preparava contra febre, assim dizia o gato. Então todo dia de manhã nós era obrigado, quem bebia adoçava a boca e eu, que nunca consegui beber, tomava um golinho. (...) Na hora de dormir era um barraco dentro dessa mata. Não tinha uma parede, nem de pau em pé, era só rebuçado de tabuinha. Então, durante esse tempo que nós trabalhou lá, nós era em quatro nesse barraco. Era uma turma grande, mas nesse barraco era só em quatro. Então, enquanto três estava dormindo, um tava acordado, porque não podia dormir os quatro, por causa de onça. Aquilo era assim, ó, de onça! Quando uma onça urrava aqui, a outra respondia ali, a outra retornava ali, e era dessa forma. Então, cada barraco desse, todo barraco tinha arma.” (DJC, entrevista, 2001)

A fronteira agrícola permitia mobilidade do trabalhador solteiro, que passava no Paraná o período da entressafra mineira. Deixava a família em Minas Gerais, fazia a migração por uma safra, por dois ou três anos, dando o tempo para que a família em Minas Gerais plantasse até exaurir a força daquela terra que deixara derrubada, quando então o lavrador retornaria. Jovens iam ao Paraná por períodos breves, economizavam aproveitando a comida farta produzida num lugar que chovia ano inteiro e permitia colher mantimentos em qualquer época; retornavam a Minas para um período com a família.

Os retornos faziam a fama da migração: com relógios, sapatos e rádios de pilha faziam sucesso; os ricos do lugar não possuíam aqueles bens. *Sãopauleiros*, como eram chamados – pouco importava se iam a São Paulo ou Paraná, se destacavam nesses lugares de poucos bens de consumo. Eram cortejados pelos comerciantes fortes das

suas cidades para se tornar clientes; cortejados por aqueles mesmos que os tratavam tão mal no tempo em que não tinham dinheiro. Nessas voltas, gostavam de pedir aos comerciantes para descer produtos das prateleiras de cima - onde ficavam os bens de preço alto; gastavam. E o sucesso com as moças:

“Aquele amor, daquele tempo, não é igual hoje. O amor daquele tempo: você botava só os olhos na pessoa. Não é igual hoje. A mudança de hoje virou um absurdo, é um trem triste. Essa mulher que eu sou casado com ela: nós prosava muito pouco. Eu casei em 1956, cheguei de lá em 1955 (...) Cheguei, mas nem pensava em casamento com ela. Cheguei, tinha um cartaz. Rapaz, todo canto que eu ia: uma namorada, duas...” (ZET, entrevista, 2001)

Ao final dos anos 1960 as fronteiras agrícolas paranaense e do Pontal perderam a sedução. O crédito rural induziu à modernização, a região se povoou, as geadas mataram os cafezais, as áreas mecanizadas de soja não careciam mais dos serviços manuais. Contam:

“Com tudo a gente acostuma, né? (...) Apesar que eu não tinha uma terra, mas eu passei a gostar do Paraná. Também a gente conviveu lá, tinha muito amigo. Depois que foi desnorteando muito, com o negócio de expulsão, por causa das máquinas que chegava. A maioria dos colegas que a gente tinha, a maioria foi para São Paulo, foi pro Pará, Amazonas.” (DJC, entrevista, 2001)

Depois de esgotadas as frentes de trabalho nas fronteiras do Sul, rumaram para o trabalho urbano. Nos relatos desses migrantes aparece quase como uma sequência: experimentaram o Pontal, o Paraná; acabadas essas fronteiras migraram – sazonalmente, também – para as cidades, principalmente para São Paulo. Esses lavradores mudaram rotas, mas muitos deles conservaram o caráter temporário de seus deslocamentos. E quase sempre o novo destino foi a capital de São Paulo, um novo sertão que foi desbravado.

* **Eduardo Magalhães Ribeiro é economista, doutor, professor da UFLA, pesquisador CNPq, bolsista Fapemig.**

** **Flávia Maria Galizoni é antropóloga, doutora, professora da UFVJM.**

*** **Thiago de Paula Assis é agrônomo, mestre, do INCRA/MG.**

NOTAS

- 1 - A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, FAPEMIG (projeto SHA 2876/97).
- 2 - Sobre memória consultar Bosi (1979) e Thompson (1992).
- 3 - Sobre migrações de mineiros consultar Castaldi (1957), Brito e Souza (1995), Ribeiro, Galizoni e Assis (2004); sobre sistemas de produção no vale do Jequitinhonha ver Ribeiro e Galizoni (2000).
- 4 - Estudo sobre as noções relativas de cativeiro, liberdade e pobreza foi feito por Amaral (1988).
- 5 - Sobre o sistema de colonato consultar Martins (1979).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. (1988) *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Belo Horizonte, Dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, Belo Horizonte.
- BOSI, E. (1979) *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: TA Queiroz.
- BRITO, F. e SOUZA, J. de (1995) “Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil.” Diamantina, Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira.
- CASTALDI, C. (1957) “A aparição do Demônio no Catulé”. In: PEREIRA DE QUEIRÓZ, M. I. (org.). *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada.
- MARTINS, J. S. (1979) *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec.
- RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. (2000) “Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. In: GAMA, H. e COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. e ASSIS, T. P. (2004) “Os caminhos de São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 21(2), jul/dez.
- THOMPSON, P. (1992) *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.